

RESENHAS

GADOTTI, M. Educação e poder; introdução à pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez, 1980. 143 pp. (Coleção Educação Contemporânea)

Aproveitando sua bagagem de conferencista, Moacir Gadotti estrutura essa obra baseando-se em palestras proferidas e em trabalhos realizados posteriormente, o que dá a ela um caráter fragmentado, conservando, porém, como unidade central, sua preocupação em demonstrar a "pedagogia do conflito", como prática educativa e o "conflito" como promovedor de debates. Enfoca também a questão do poder e da ideologia como determinantes do processo educativo e a necessidade de despertar, tanto no educando como no educador, a consciência crítica, tendo por base a dúvida, como melhor forma de interrogar a realidade.

1 – POR UMA FILOSOFIA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO:

Partindo da crise das ciências da educação, o autor tenta intervir, propondo a participação consciente e combativa, analisando os conceitos já existentes e dando a eles um novo parâmetro: "lutar concretamente pelo homem e por uma sociedade com um aspecto mais humano".

Em nossa sociedade de sistema escolar capitalista, a filosofia e as ciências sociais não são apenas inúteis, mas igualmente subversivas, pois não tem ela interesse que seja desenvolvida a capacidade de pensar e questionar, uma vez que para a classe dominante o interesse é ter mão-de-obra passiva.

A diferença da filosofia como função meramente filosófica, para uma filosofia que justifique atualmente sua existência, está na prática da problematização de maneira sistemática e científica.

Em resposta à questão: "Quando a filosofia é ideologia e quando ela não é?", o autor afirma que "A filosofia não crítica ou dogmática é ideológica pois ela não tenta a desocultação do que se propõe pensar... e também é ideológica a filosofia que se diz neutra e desinteressada, porque automaticamente está apoiando a ideologia dos dominadores" (pg. 32). "Para uma filosofia da educação que não seja ideológica, a educação deve representar um autêntico desafio" (pg. 34).

Debate ainda o espaço livre existente no ato educativo que consiste no relacionamento aluno x professor (educador), que permite a oportunidade de plantar a semente da libertação, e neste instante, a ideologia fica enfraquecida. Daí a importância do educador estar atento, lutando contra a educação dominante do colonizador e formando uma consciência crítica da importância do homem como sujeito, na sociedade como um todo. Isso só se verifica através da prática da liberdade.

Reconhece que o educador deve ter humildade para perceber os limites de sua intervenção, pois a educação é um reflexo da sociedade onde atua e não compete só a ela a mudança social.

2 – INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA DO CONFLITO

Na segunda parte do livro o autor define a "Pedagogia do Conflito", como prática pedagógica que não esconde o problema, mas ousa desafiá-lo. Assim, o pedagogo faz "prática social", vinculando ato administrativo com ato político.

Ressalta a necessidade do educador ser insubmisso, autônomo, consciente e esse inconformismo deve ser revertido também no tocante a sua própria formação profissional, pois as Faculdades de Educação sempre foram passivas. Cabe a ele repensar a educação recebida nos cursos de Pedagogia para reconstruir a educação brasileira.

Consciente de que a educação brasileira esconde uma ideologia puramente econômica, onde a classe dominante estende seus interesses sobre os dominados, onde a divisão em classes é sentida dentro da escola, onde o individualismo sufoca os interesses comunitários, cabe ao educador educar-se para revolucionariamente promover uma transformação social que modifique os rumos da educação, sempre lembrando que é o conjunto de homens o responsável pela mudança da história e não esforços heróicos e individuais.

"Rompendo o equilíbrio estático e impulsionando-se, correndo o risco de desequilibrar-se, o homem irá para a frente" (p. 70).

A educação pela pedagogia do conflito leva à conscientização, e é a escola, até agora, um aparelho da classe dominante, sobretudo a Universidade, pois forma:

- advogados: para defenderem o capital;
- médicos: para cuidarem da saúde da burguesia;
- veterinários: para os grandes latifúndios;
- professores: para conservarem tudo como está.

"A primeira tarefa do novo educador deverá ser combater a diferenciação escolar" (p. 80), não fazendo acepção de escolas para pobres e ricos. Mas se a

sociedade continuar discriminando, caberá à escola denunciar e alertar, visando a educação igualitária, em uma sociedade também igualitária.

A educação classista é injusta, pois começa-se a profissionalização no primeiro grau e a escola superior fica reservada a uma classe social dominante.

O novo educador não deve, como o educador tradicional, colocar-se acima dos problemas sociais, ingenuamente interessado na verdade absoluta. Ele deve comprometer-se com um novo projeto social e político que alvore uma sociedade igualitária.

3 – IDEOLOGIA E CONTRA IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Na última parte do livro o autor reúne diversos textos que ilustram a política, a teoria e a prática pedagógicas no Brasil de hoje.

Enfoca as reformas de ensino: primeiramente do curso de Pedagogia em 1969, orientando-o para funções burocráticas e criando habilitações para um mercado profissional fantasma e a do 1º e 2º graus, em 1971, que com a educação profissionalizante forma apenas mão-de-obra barata para o sistema capitalista, usurpando uma formação "que possibilite uma visão adequada, real, justa dos problemas" (p. 86).

Ao invés de elevar o nível dos menos dotados, a educação tem aumentado o fosso de desnivelamento, acentuando a discriminação.

O autor analisa também a educação permanente e conclui que é um projeto enganador das classes dominantes, que ilude o trabalhador na esperança de que por seus esforços em manter uma educação continuada, ele obterá êxito. O que ocorre, porém, é que ela beneficia apenas quem sempre teve condições para estudar. A mesma ilusão é representada pelo Mobral, que forma mão-de-obra semi-analfabeta e humilha o educando não oferecendo formação que o satisfaça e promova melhoria de sua condição de vida.

Também o ingresso à universidade reflete a posição social dos ingressantes e é na universidade que florescem as maiores contradições da sociedade, fazendo cair por terra a imagem de que ela seja um paraíso, onde não há conflitos.

Servindo ao Sistema, a universidade não amadureceu. Responsabilizar, porém, o regime militar e a reforma do ensino superior é ficar na superfície. O sistema capitalista é que gera injustiças e discriminações.

CONCLUSÃO

Fiel a seus princípios, o autor não indica fonte bibliográfica no final da obra, pois recomenda o uso da criatividade. O conhecimento dos fatos passados deve servir de base e de escada para modificações futuras, mas nunca de apoio permanente.

Faz citações diversas a obras de Paulo Freire, em notas de rodapé, assim como a teses de Mestrado de Maria de Lourdes Castro de Andrade e Jefferson Ildefonso da Silva.

Recomendamos a leitura aos educadores e interessados em uma perspectiva arrojada no tratamento da crise educacional que vivemos.

Maria Angélica Dupas Gonçalves
Maria de Lourdes Thobias Serafim

CUNHA, Célio da. Educação e autoritarismo no Estado Novo.
São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981. 176 pp.
(Coleção Educação Contemporânea – Série
Memória da Educação). Cr\$ 400,00.

Educação e autoritarismo no Estado Novo, originalmente apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação brasileira, em nível de Mestrado, da Universidade de Brasília, aborda o quadro evolutivo do sistema educacional brasileiro desde a República Velha até o Estado Novo, mostrando as principais mudanças ocorridas neste setor antes e depois da Revolução de 1930.

Célio da Cunha, professor universitário, ex-diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da UFMT, analisa a educação, não como fator isolado, mas situando-a dentro de um contexto político-sócio-cultural de características bem marcantes, destacando a figura humana e política de Getúlio Vargas, que se apresenta com avanços e recuos estratégicos, artilheiro e hábil manipulador de interesses.

O autor retrata o conflito particular do setor educacional deste período onde as bases filosófico-doutrinárias não coincidem com algumas tendências do pensamento ou filosofia da educação tradicional, conflito abafado com a predominância das diretrizes do grupo católico em detrimento do grupo escolanovista, permitindo, assim, que ficassem resquícios da educação paternalista em vigor até hoje.

Em capítulo particular destaca a presença de vultos expressivos do movimento escolanovista e, em subcapítulo, mostra o então Ministro da Educação Gustavo Capanema, humanista, possuindo até mesmo idéias liberais, pela mão do qual foram introduzidas diversas mudanças, reformas, (Leis Orgânicas) que constituem as bases da mentalidade educacional vigorantes em nossos dias.

As mudanças que se fizeram sentir, nem de longe se aproximavam do ritmo acelerado do desenvolvimento do Brasil, aprofundando as contradições que, aliás, hoje ficam mais acentuadas ainda.

Prosseguindo, descreve e comenta as leis Orgânicas do ensino industrial — experiência das mais bem sucedidas — secundário, comercial, normal e agrícola, fortalecidos em si mesmos, cada um deles, justamente pelos debates das correntes antagonicas por eles motivados. Marca também as imposições do Ministério da Educação com relação aos Cursos Universitários, onde praticamente não ocorreu nenhuma mudança.

Célio da Cunha viu seus esforços de pesquisa coroados de êxitos, pois logrou conseguir elucidar com clareza e com subsídios históricos esta fase da educação brasileira, sem se deixar levar pelo posicionamento preconcebido. Por isso dizemos que tomou a posição de historiador sem, contudo, abandonar a posição de crítico.

Portanto, com sua excelente bibliografia pertinente, "Educação e Autoritarismo no Estado Novo" é obra que deve ser lida por quantos se interessem pela educação brasileira e sua história.

Obra recomendada a historiadores, educadores e alunos de graduação e pós-graduação, assim como a todos os interessados na reflexão sobre os problemas educacionais brasileiros.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes.
2ª ed. São Paulo, Cortez, 1981. 192 pp.

A História da Educação, uma das áreas cuja bibliografia é extremamente escassa, recebe uma contribuição enriquecedora através do livro de Aníbal Ponce.

Aníbal Ponce, escritor argentino e depois radicado no México, lançou em 1937 o livro *Educacion y Lucha de Clases*. Apenas em 1963 foi traduzida e lançada no Brasil a primeira edição, bem acolhida pela crítica e pelo público. Mas devido aos acontecimentos políticos ocorridos no país, logo após sua edição, foram recolhidos os exemplares existentes, estando fora do mercado até os dias de hoje.

Após esses anos, o relançamento da presente edição praticamente sem modificações, e apenas com algumas atualizações de notas do tradutor, traz de volta um livro importante para a área, aumentando assim a bibliografia às pessoas que se interessam pelos problemas educacionais.

O livro, além de expor os sistemas escolares, as correntes filosófico-educacionais dos diferentes povos e das diversas épocas da história da humanidade, tenta mostrar uma tese: a educação somente pode ser analisada com mais um enfoque, ou seja, o sócio-econômico da sociedade. Expõe que a principal característica da educação, desde o instante do aparecimento da sociedade dividida em classes, é a "popularização" da cultura.

As transformações econômicas influenciaram as modificações verificadas na educação, fazendo com que massas cada vez maiores de indivíduos tivessem acesso à educação. Portanto, o autor defende que a História da Educação é inseparável do estudo dessas lutas das classes desfavorecidas contra as classes dominantes.

A presente edição divide-se em oito capítulos: cap. I – A educação na comunidade primitiva; cap. II – A educação do homem antigo: primeira parte – Esparta e Atenas; cap. III – A educação do homem antigo: segunda parte – Roma; cap. IV – A educação do homem feudal; cap. V – A educação do homem burguês: primeira parte – do Renascimento até o século XVIII; cap. VI – A educação do homem burguês: segunda parte – da Revolução Francesa ao século XIX; cap. VII – A nova educação: primeira parte; cap. VIII – A nova educação: segunda parte.

O plano geral da obra apresenta didaticamente a história, as correntes filosóficas e sócio-econômicas que influenciaram de modo geral a Educação, de forma clara e acessível.

Indicamos não somente aos profissionais ligados à área, mas também àqueles que se interessam pelo assunto, pois é uma obra que reúne informações básicas sobre o sistema educacional.

Márcia Rosetto
Carmelina de Fácio